

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ

João Emilio de Oliveira Filho, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o N°45, portador do CPF N° 359.957.857-53, com sede na Estrada dos Bandeirantes, n° 10639 - Camorim, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22783-116, vem, TEMPESTIVAMENTE, com fulcro no artigo 164 caput da lei n°14.133/2021, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Face ao Edital de Pregão Eletrônico N°90043/2025, pelos fatos e fundamentos que passa expor a seguir:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme o artigo 164 caput da nova lei de Licitações e subitem 24.3 do edital, a impugnação deverá ser apresentada no prazo de até 03 (três) dias que antecedem a abertura da sessão, esta que está marcada para ocorrer no dia 28 de abril de 2025. Portanto, a presente é tempestiva.

2. BREVE RESUMO DOS FATOS

Foi publicado edital com objetivo de realizar pregão eletrônico que visa a prestação de serviços de leiloeiro oficial matriculado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, para a realização de Leilão de bens móveis permanentes ao município, considerados inservíveis.

Contudo, o edital prevê a determinação de repasse de parte de seus ganhos à administração pública, bem como em algumas de suas cláusulas, a possibilidade de aplicação do benefício do tratamento favorecido às empresas ME/EPP, previsto na lei complementar 123 de 2006, quando em verdade não há que se falar na aplicabilidade do benefício no presente certame, conforme restará demonstrado.

3. DOS FUNDAMENTOS**3.1 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO APLICADO**

O edital estabelece que será devido aos leiloeiros o percentual de 5% de comissão pagos pelos arrematantes, sobre os bens arrematados, descontando-se deste montante, o percentual de repasse ao Município, senão, vejamos:

“11.5.1. Em razão do disposto no Decreto 21.981/32, o percentual máximo fixado no certame como taxa de comissão a ser paga pelo arrematante será de 5% (cinco por cento). O percentual de desconto aceitável da taxa será de, no mínimo, 0,1% (zero virgula um) até 5% (cinco) por cento. Não será aceito percentual negativo.”

O parágrafo único do Art.24, do decreto 21.981/32, prevê que os leiloeiros receberão **obrigatoriamente** o percentual de 5% a título de comissão, a serem pagos pelos arrematantes sobre o valor de cada bem vendido.

Veja que de forma taxativa, a comissão devida é obrigatória e reconhecida como mínima, como aponta a

Magistrada em decisão acerca do tema, vejamos:

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 65.084 - SP (2020/0302796-5)

RELATORA: MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

EMENTA

“PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FALÊNCIA. LEILÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE REDUZIU A COMISSÃO DE LEILOEIRO PARA 2% (DOIS POR CENTO). ART. 884, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ART. 24, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO 21.981/1932. NATUREZA DE LEI ESPECIAL. VALOR MÍNIMO DE 5% (CINCO POR CENTO). ART. 7º, CAPUT, DA RESOLUÇÃO CNJ 236/2016. 1. “A expressão ‘obrigatoriamente’, inserta no § único do art. 24 do Decreto-lei nº 21.981/32, revela que a intenção da norma foi estabelecer um valor mínimo, ou seja, pelo menos cinco por cento sobre o bem arrematado” (Quinta Turma, REsp 640.140/RS, Rel. Ministro Gilson Dipp, unânime, DJU de 6.3.2006). 2. Jurisprudência do STJ que reconhece a índole de lei especial ao Decreto 21.981/1932, para dispor sobre o percentual mínimo da comissão do leiloeiro, percentual mínimo este também determinado pelo art. 7º, caput, da Resolução CNJ 236/2016. 3. Recurso ordinário provido para conceder a segurança.”

Também é **vedado** ao leiloeiro, reduzir ou deixar de cobrar a comissão do arrematante, sob pena de sanção administrativa pelos órgãos fiscalizadores, conforme prevê a Instrução Normativa DREI Nº52/2022, artigo 75:

“Art. 75. É proibido ao leiloeiro:

II – sob pena de suspensão:

a) cobrar do arrematante comissão diversa da estipulada no parágrafo único do art. 24, do Decreto nº 21.981, de 1932;”

Desta forma, resta claro que a comissão do leiloeiro paga pelo arrematante não é passível de redução, ou seja, não se aplica ao determinado na lei geral de licitações quando a contratação ocorrer por pregão, sendo a única comissão mencionada no artigo 31 da referida lei, passível de sofrer desconto, a comissão do comitente.

O edital parece não zelar pela básica definição da finalidade da licitação para a Administração Pública, que nada mais é do que realizar venda de bens públicos inservíveis; comprar bens ou contratar serviços para atender às necessidades da Administração Pública.

A finalidade da contratação de um leiloeiro público, deve ser tão somente para alienar os bens da Administração, receber os valores auferidos pelos bens no pregão conforme a sua avaliação, receber a comissão incidente sobre o valor dos bens alienados e transferir ao contratante o valor auferido no leilão, exceto, a comissão, assim como determinado no regulamento do leilão, disposto no decreto federal 11.461/2023:

“Art. 26. O leiloeiro oficial ou o servidor designado, após a declaração do vencedor, emitirá, por meio do sistema:

I - o Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF; ou

II - a Guia de Recolhimento da União - GRU.”

Frisa-se que o art.31, §1º da lei 14.133/2021 permite que seja contratado leiloeiro para alienar os bens da Administração Pública e realizar os atos inerentes ao leilão, mediante processo licitatório na modalidade pregão, permitindo serem adotados critérios de julgamento para definição do vencedor do certame, sob o percentual de comissão a serem cobrados, em conformidade com o regulamento da profissão, **não havendo previsão legal para auferimento de lucro para a Administração além dos já auferidos com a alienação de cada bem.**

“Art. 31. O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.

§ 1º Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.”

O decreto nº21.981/32 e a IN DREI nº52/2022 apenas versam sobre dois tipos de comissão:

- Comissão a ser paga pelo comitente: esta que pode ser convencionada, logo, a única comissão que pode ser licitada;
- Comissão a ser paga pelo arrematante: esta que **não** pode ser convencionada e deve ser paga pelo arrematante, obrigatoriamente no importe mínimo de 5% sobre qualquer bem arrematado, de forma independente e unicamente para o leiloeiro, **sem previsão de redução, divisão ou repasse.**

Deste modo, vem sendo gerado grandes equívocos ao interpretar o dispositivo da lei de licitações em conjunto com as leis especiais que regulamentam a profissão do leiloeiro, pois vem sendo encontrados editais que exime a Administração de forma unilateral de honrar com os serviços prestados, sem uma convenção, conforme prevê a legislação (que neste cenário, a convenção se daria mediante a licitação), e não o bastante, neste certame está previsto a redução da única contraprestação a ser recebida de forma obrigatória pelo profissional.

A resposta à impugnação menciona que o repasse será mediante "proposta voluntária do licitante", porém, as opções de lance permeiam em perda da comissão que o leiloeiro tem direito de receber de forma integral como contraprestação dos seus serviços, já que o sistema não permite a inserção do valor de 0,00% de desconto, desta forma, deixando de ser voluntária a proposta que o proponente deseja ofertar.

Desta forma, entende o impugnante, que o edital merece ser republicado, com o fim de trazer critério de julgamento que não reduza a comissão do leiloeiro a menor que 5%, sugerindo desta forma, que seja aumentado o percentual máximo, para que com desconto aplicado, possibilite manter-se em 5% para o licitante que assim desejar.

4. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requerer:

- 4.1 Seja o edital republicado, para alterar o percentual máximo de comissão a ser recebido pelo leiloeiro, afim de que com o desconto aplicado no pregão, seja possível permear em 5% de comissão para o licitante que assim desejar, mantendo sintonia com as normas que regulamentam a profissão do leiloeiro e a lei de licitação.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2025.

JOÃO EMÍLIO O. FILHO

Leiloeiro Público Oficial

Matrícula JUCERJA N°45

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/E2CC-1A51-BBA5-3329> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E2CC-1A51-BBA5-3329



Hash do Documento

4854D73EC19E44CFB0699AE1928C8B7EDEF2969759010EDA80A57B8FBFA72FE8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/09/2025 é(são) :

☒ Joao Emilio De Oliveira Filho (Signatário) - 359.957.857-53 em 26/09/2025 10:10 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

